

**Luciano Elias Reis**

Mestre em Direito Econômico pela PUCPR. Especialista em Processo Civil e em Direito Administrativo, ambos pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Presidente da Comissão de Gestão Pública e Controle da Administração da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Paraná. Professor de Direito Administrativo da UNICURITIBA e da Faculdade de Direito da Universidade Tuiuti do Paraná. Professor convidado da Pós-graduação em Direito Administrativo Disciplinar da Universidade Tuiuti do Paraná. Professor convidado da Pós-graduação em Licitações e Contratos Administrativos da UNIBRASIL. Professor da Escola Superior da Advocacia da OAB-PR. Professor do MPA em Administração Pública e Gerência de Cidades da FATEC Internacional. Advogado.

# **CONVÊNIO ADMINISTRATIVO**

**INSTRUMENTO JURÍDICO EFICIENTE PARA  
O FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO**

Curitiba  
Juruá Editora  
2013



---

Visite nossos sites na Internet  
[www.jurua.com.br](http://www.jurua.com.br) e  
[www.editorialjurua.com](http://www.editorialjurua.com)  
e-mail: [editora@jurua.com.br](mailto:editora@jurua.com.br)

---

ISBN: 978-85-362-4325-2

**JURUÁ**  
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil  
Europa – Escritório: Av. da República, 47 – 9º Dtº – 1050-188 – Lisboa – Portugal  
Loja: Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Centro Comercial  
D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

---

R375 Reis, Luciano Elias.  
Convênio administrativo: instrumento jurídico eficiente para o fomento e desenvolvimento do Estado./ Luciano Elias Reis./ Curitiba: Juruá, 2013.  
300p.

1. Direito administrativo. 2. Convênios. 3. Contratos.  
I. Título.

0096

CDD 342(22.ed.)  
CDU 342

---

981903

# SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>23</b>
<b>Capítulo I – OS CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS NO CONTEXTO BRASILEIRO SOB UMA ANÁLISE NORMATIVO-DOG MÁTICA</b> .....	<b>27</b>
1.1 Uma breve incursão sobre a descrição normativa dos convênios administrativos no Brasil .....	27
1.2 Os desafios para o conhecimento da natureza jurídica dos convênios administrativos .....	42
1.3 Uma proposta de definição de convênios administrativos como parâmetro metodológico .....	57
1.4 Os requisitos e pressupostos dos convênios administrativos a partir da classificação de Celso Antônio Bandeira de Mello .....	68
1.5 As características dos convênios administrativos e suas diferenças com os contratos administrativos .....	89
1.6 O fundamento constitucional para a competência legislativa sobre convênios administrativos .....	105
1.7 A (im)prescindibilidade de licitação como pressuposto para a celebração de convênio .....	127
1.8 A (des)necessidade de aprovação do Poder Legislativo para a celebração de convênio pelo Poder Executivo .....	144
1.9 O marco normativo do Terceiro Setor a partir do anteprojeto de nova organização administrativa .....	156
<b>Capítulo II – A NORMATIVIDADE DO PRINCÍPIO JURÍDICO DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA E A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DE 1988</b> .....	<b>165</b>
2.1 Os princípios jurídicos e a sua nova concepção na era pós-positivista .....	165
2.2 A definição de princípios: uma espécie de norma jurídica .....	169

2.3	A relevância dos princípios jurídicos como normas interpretativas e substanciais na aplicação do direito e o enfrentamento entre princípios.....	177
2.4	A técnica da ponderação como critério insofismável na solução da colisão de princípios.....	184
2.5	O histórico do princípio da eficiência no ordenamento normativo brasileiro e sua normatividade.....	189
2.6	Definição e dimensão do princípio da eficiência.....	198
<b>Capítulo III – AS MUDANÇAS NA ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA E OS CONVÊNIOS COMO INSTRUMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO.....</b>		<b>207</b>
3.1	A consensualização na atuação da Administração Pública .....	207
3.2	O princípio da subsidiariedade e sua interface com os convênios administrativos .....	229
3.3	A formalização de convênios e a atividade administrativa de fomento.....	243
3.4	A busca do desenvolvimento social no estado brasileiro por intermédio de uma atuação estatal eficiente via convênios administrativos.....	258
3.5	O papel fundamental do controle sobre os convênios .....	269
<b>CONCLUSÃO .....</b>		<b>279</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>		<b>283</b>
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO .....</b>		<b>295</b>